

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE I

PARATY - CIDADE HISTÓRICA - MONUPLE TO NACION

Projeto de Lei nº 046/2021

Presidente da CMP

DE EMPREGOS PARA A
JUVENTUDE, NO ÂMBITO DO
MUNICÍPIO DE PARATY, NA
FORMA QUE INDICA.

abstenção(ões).

Faço saber que a Câmara Municipal de Paraty, APROVOU e eu, prefeito Municipal de Paraty SANCIONO a seguinte Lei:

Paraty.

Art.1º- Fica criado o Programa Banco de Empregos para a Juventude fomentando a inserção de jovens no mercado de trabalho, capacitando-os e incorporando-os nas mais diversas áreas laborais, além de estimular o desenvolvimento econômico e fortalecendo a participação da sociedade no processo de formulação de politicas a ações de geração de trabalho e renda.

Art.2º- O Programa Banco de Empregos contará com estrutura, gestão e finalidades estabelecidas nesta Lei, com prazo de duração indeterminado.

Art.3º- São finalidades precípuas do Programa de Empregos para a Juventude:

- I A qualificação dos estudantes para o mercado de trabalho e inclusão social;
- II A criação de postos de trabalhos formais para desempregados ou subempregados ou prepará-los para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, geradoras de renda;
- III Possibilitar a preservação dos empregos em momentos de retração da atividade econômica.
- IV Estimular a produtividade do trabalho por meio do aumento da duração do vínculo empregatício; e,
- V Incremento da participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho e de renda no Município.
- Art.4º- O Poder Executivo instituirá incentivos fiscais às pessoas físicas e jurídicas que acrescentarem em seu quadro de empregados os iniciantes de atividade no mercado de trabalho, oportunizando a jovens e adultos o acesso ao primeiro emprego, bem como nos seguintes casos:
- I Iniciativas de incentivo fiscal a projetos de geração de empregos e renda;

- II Estimular programas de apoio à gestão e ao desenvolvimento de cooperativas de trabalho, incubadoras tecnológicas e projetos de economia solidária.
- III Desenvolvimento de projeto de qualificação e requalificação profissional de jovens;
- IV Desenvolver parcerias com órgãos oficiais e empreendedores privados para projetos de incubadoras de micro e pequenas empresas;
- V Incentivar as empresas estabelecidas no Município, a oferecerem vagas para estágios e propiciarem contratos de primeiro emprego; e,
- VI Implantar, nas áreas públicas de assistência social, o trabalho solidário, inserindo os jovens profissionais nos programas oficiais e conveniados de apoio a creches, associações de moradores, adolescentes e jovens, habitação e de pessoas com deficiência.
- Art.5°- Os empregadores que aderirem ao Programa instituído por esta lei deverão reservar, no mínimo, 5% (cinco por cento) das vagas de trabalho ao primeiro emprego.
- I Caso a aplicação do percentual de que trata este artigo resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente; e,
- II A percentagem de que trata o caput deste artigo deve ser garantida pelo período mínimo de 03 (três) anos, a partir da data do início da concessão do benefício e/ou incentivo concedido.
- Art.6º- Os projetos e ações voltadas ao cumprimento desta Lei serão amplamente divulgados, de forma a propiciar a efetiva participação da sociedade civil.
- Art.7º- O Poder Executivo definirá os incentivos fiscais a serem concedidos, na forma desta Lei, respeitando a dotação orçamentária.
- Art.8°- O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação, podendo firmar parcerias com entidades públicas e privadas, objetivando a consecução dos objetivos previstos neste diploma legal.
- Art.9°- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 07 de Maio de 2021.

RODRIGO C. DA SILVA PENHA

Vereador

APROVADO

or_____votos a favor,

____votos contra

e____abstenção(ões).

Presidente